

## **PROTOCOLO**

### **ENERGIA POSITIVA CONTRA A OBESIDADE**

A incidência e a prevalência quer da pré-obesidade quer da obesidade têm vindo a aumentar na União Europeia e, também, em Portugal, constituindo um importante problema de saúde pública.

Estima-se que mais de 50% da população mundial será obesa em 2025 se não forem adoptadas medidas concretas. A obesidade é, por isso, muito justamente, considerada pela OMS como a epidemia global do século XXI.

Em Portugal, cerca de 32% das crianças com idades compreendidas entre 7 e 9 anos apresentam excesso de peso, sendo 11% obesas. Além disso, 24% das crianças em idade pré-escolar apresentam excesso de peso e 7% são obesas. Na idade adulta os indicadores são ainda mais preocupantes, uma vez que 50% da população tem excesso de peso, sendo 15% obesa. Estima-se que os custos directos da obesidade absorvam 3,5% das despesas totais de saúde.

A essência desta situação está, seguramente, relacionada com padrões de comportamento alimentar caracterizados por elevado consumo de calorias (açúcares e gorduras) e, paralelamente, por dietas cada vez menos ricas em cereais completos, hortaliças e frutos, para além de reduzidos níveis de actividade física. A génese da obesidade deve-se a sucessivos balanços energéticos positivos, em que a quantidade de energia ingerida é superior à quantidade de energia gasta pelo organismo, ainda que outros factores, também, determinem a sua origem, nomeadamente genéticos, culturais e hormonais.

Neste contexto, o combate à obesidade e a prevenção devem ser uma prioridade política, nomeadamente dos Ministérios da Saúde e da Educação. Tornam-se necessárias acções de grande impacto mediático para alertar a população para a gravidade do problema, sendo, também, essencial encontrar e disponibilizar soluções quer ao nível dos Cuidados Primários quer dos Cuidados Hospitalares.

A elevada prevalência da obesidade em Portugal, o aumento da sua incidência, a morbilidade e mortalidade associadas e os elevados custos que determina, constituem, assim, os principais fundamentos que explicam a necessidade de se estabelecer uma Plataforma Contra a Obesidade. A sua implementação permitirá a diminuição e prevenção de doenças crónicas de elevada prevalência, como a diabetes e a doença cardiovascular e conduzirá a ganhos na prevenção de outras doenças como o cancro e as doenças osteo-articulares.

Atendendo a que o sector da saúde não consegue isoladamente combater este problema, a Plataforma Contra a Obesidade é uma medida estratégica, assumida politicamente a nível nacional, que visa criar sinergias intersectoriais, a nível governamental e a nível da sociedade civil.

Atendendo a que a Plataforma Contra a Obesidade é uma iniciativa que corporiza uma causa de evidente interesse público que visa a resolução de necessidades que não podem ser ultrapassadas exclusivamente pela actuação do Estado, e que por isso é merecedora de adesão de entidades representativas da sociedade civil que se revejam numa dimensão de Responsabilidade Social acrescida, o Ministério da Saúde e a Galp Energia associam-se através dos mecanismos previstos neste Protocolo, assumindo uma posição de colaboração que permite uma intervenção mais eficaz do que a colaboração pontual em iniciativas dispersas com uma perspectiva de curto prazo, sobretudo em momentos de intensa alteração das estruturas sociais, como sucede no momento actual.

É pois dentro deste contexto que se estabelece o presente protocolo iniciativa igualmente aberta a outros parceiros da sociedade civil.

Assim, é celebrado pelo Ministério da Saúde e pela Galp Energia, SA, (adiante referida unicamente como “Galp Energia”, que aqui representa a sua casa-mãe, Galp Energia, SGPS, SA, e o conjunto de sociedades nas quais esta última detém, directa ou indirectamente, a maioria do capital social ou o direito a designar a maioria dos membros dos respectivos órgãos de administração, e que, conjuntamente com as duas primeiras, constituem o “Grupo Galp Energia”, o presente protocolo de cooperação, que se rege pelos clausulados seguintes:

1º.

### Objecto

É objecto do presente protocolo formalizar uma relação de colaboração entre o Ministério da Saúde e a Galp Energia, a qual é estabelecida com o objectivo de dar execução à Plataforma Contra a Obesidade (adiante designado por Plataforma), em particular na área da prevenção primária, através da sociedade civil.

2º.

### Âmbito

O presente protocolo regula as relações entre o Ministério da Saúde e a Galp Energia que, para os efeitos aqui previstos, se centrarão no desenvolvimento do plano de comunicação da Plataforma Contra a Obesidade (adiante referido unicamente como “Plano de Comunicação”), a desenvolver sob o slogan “Energia positiva contra a obesidade” e a logomarca em anexo, e que será dirigido ao público em geral, com o objectivo de promover padrões de comportamento alimentar e de actividade física saudáveis.

3º.

### Obrigações do Ministério da Saúde

No âmbito do presente protocolo são atribuições do Ministério da Saúde:

- a) Supervisionar sob o ponto de vista técnico-científico a comunicação dirigida ao público, no âmbito da prevenção da obesidade;
- b) Colaborar na conceptualização e operacionalização do Plano de Comunicação a nível técnico, bem como na estratégia de marketing e imagem da Plataforma;
- c) Disponibilizar junto da Galp Energia os conteúdos do Plano de Comunicação a divulgar e publicitar junto do público;
- d) Facultar panfletos, brochuras e outros suportes comunicacionais a serem divulgados pela Galp Energia no âmbito das acções incluídas no Plano de Comunicação;

- e) Colaborar na selecção do Gestor do Plano de Comunicação (adiante designado como “Gestor”) e definir as suas competências e atribuições, em conjunto com a Galp Energia;
- f) Prestar ao Gestor todo o apoio técnico e científico e outro que este careça para execução das diversas iniciativas que vierem a ser incluídas no âmbito Plano de Comunicação.

#### 4º.

##### Obrigações da Galp Energia

No âmbito do presente protocolo compete à Galp Energia:

- a) Disponibilizar a sua plataforma comunicacional para a execução do presente protocolo, nomeadamente através das áreas de serviço e postos de abastecimento GALP, *outdoors*, mensagens na facturação emitida por sociedades participadas maioritariamente pela Galp Energia a consumidores domésticos de Gás Natural e Galp TV;
- b) Escolher o Gestor em colaboração com o Ministério da Saúde;
- c) Fixar as condições referentes à contratação do Gestor, bem como os critérios que deverão presidir à avaliação da sua performance;
- d) Remunerar o gestor do programa;
- e) Supervisionar e coordenar a actividade do Gestor, assegurando a sua permanente compatibilização com o espírito do presente Protocolo e com os objectivos da Plataforma.

#### Artigo 5º.

##### Obrigações do Gestor

São obrigações do Gestor, entre outras, as seguintes:

- a) Colaborar na definição do Plano de Comunicação e das iniciativas que nele venham a ser incluídas, ao nível do marketing e imagem da Plataforma;
- b) Coordenar e supervisionar as actividades correspondentes à sua implementação;

- c) Escolher, em colaboração com o Ministério da Saúde e a Galp Energia, os meios de comunicação adequados para as finalidades da Plataforma e as acções previstas no Plano de Comunicação;
- d) Propor, ao Ministério da Saúde e à Galp Energia, os espaços e áreas de comunicação a serem utilizados nas acções previstas no Plano de Comunicação e assegurar o respectivo aproveitamento e utilização nas condições mais adequadas;
- e) Participar, em colaboração com o Ministério da Saúde e a Galp Energia, na escolha dos conteúdos a serem utilizados nas acções que venham a ser incluídas no Plano de Comunicação, assegurando a sua correcta adequação às características dos meios de comunicação que sejam seleccionados para o efeito;
- f) Proceder à avaliação periódica da estratégia adoptada, comunicando os resultados ao Ministério da Saúde e à Galp Energia;
- g) Disponibilizar, a pedido do Ministério da Saúde e da Galp Energia, a informação necessária ao acompanhamento e avaliação de todo o processo.

#### Artigo 6º.

##### Participação

1. O Ministério da Saúde e a Galp Energia podem conjuntamente participar noutro tipo de programas dentro do mesmo objectivo.
2. O Ministério da Saúde e a Galp Energia podem, por razões estratégicas, e por acordo mútuo, associar a este protocolo outras entidades da sociedade civil.

#### Artigo 7º.

##### Acompanhamento e Avaliação

1. O Ministério da Saúde e a Galp Energia deverão, com a colaboração do Gestor, implementar um sistema de monitorização da execução do objecto do presente Protocolo.
2. Serão realizadas reuniões regulares de acompanhamento do Plano de Comunicação entre o Ministério da Saúde e o Gestor.

3. O Gestor deverá elaborar um relatório anual da actividade desenvolvida, que disponibilizará atempadamente ao Ministério da Saúde e à Galp Energia.
4. A estratégia de comunicação e a sua implementação no âmbito da execução do presente Protocolo serão revistas e actualizadas anualmente.
5. O gestor facultará, também, os elementos para a avaliação que o Ministério da Saúde entenda promover.

#### Artigo 8º.

##### Vigência

1. O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua assinatura e é válido por três anos, renovando-se automaticamente, por iguais períodos ou por diferentes períodos mediante acordo das partes.
2. Qualquer das partes pode denunciar o presente protocolo desde que notifique a outra da vontade de efectuar esta denúncia, por carta registada com aviso de recepção.
3. A denúncia só se considera eficaz 90 dias contados a partir da data da recepção pela outra parte da notificação referida no número anterior.

Lisboa, 2 de Maio de 2007

O Ministro da Saúde

O Presidente do Conselho de  
Administração da Galp Energia, SA